

POLÍTICAS MITIGADORAS NO SETOR ENERGÉTICO DAS ESCALAS ADMINISTRATIVAS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA: A UNIÃO, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS COMO AGENTES DE GESTÃO AMBIENTAL

Aluno: Carolina Marinho da Silva

Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Introdução

Acordos nas relações internacionais são de extrema importância para os Estados nacionais, no mundo contemporâneo. Essas relações políticas envolvem atores em todas as escalas (federal, estadual e municipal) em níveis de gestão diversos. Efeitos em nível local atingem escalas do planeta como um todo, pois este todo é feito de todas as partes. Neste sentido, o Rio de Janeiro tem a sua maior porcentagem de colaboração para o fenômeno de efeito estufa ligado diretamente ao uso de combustíveis fósseis, segundo Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa feito pela COPPE-UFRJ (2007). Como o poder público do Rio de Janeiro, a partir do Município de Angra dos Reis, vem se impondo nas agendas políticas nacionais e internacionais, sendo um território capaz de reforçar ou enfraquecer medidas mitigadoras no estado e no país?

Objetivos

Compreender o grau de importância do Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro nas escalas nacional e internacional em relação às políticas energéticas do país associadas a medidas mitigadoras contra o efeito estufa.

Analisar representações em ambiente GIS para implementação na paisagem de medidas mitigadoras como reflorestamento e plano de emergência das usinas nucleares de Angra dos Reis, por exemplo.

Metodologia

Análise do funcionamento das políticas públicas territoriais energéticas entre as escalas. Serão realizadas consultas bibliográficas em relação à inserção da economia do Sul Fluminense neste contexto, além de análise de jornais, leis e acordos voltados para a minimização do problema de efeito estufa. Serão confeccionados mapas que dêem suporte à análise da legislação em vigor, além de pesquisas de campo.

Justificativa

As infraestruturas provenientes dos aparatos industriais dependem de energia para funcionar, e tal energia depende de um modelo de políticas que segue o rigor das demandas internacionais. No entanto, tal uso gera danos ambientais diversos que repercutem em lugares mais distantes, como os gerados pelos Gases de Efeito Estufa (GEE), provenientes, dentre outros locais, dos lixões e de lugares onde ocorrem desmatamentos.

Sendo assim, os Estados, ao demandarem por “energia limpa” produzida por meio do sol, vento e hidrogênio, devem buscar políticas mitigadoras de poluição ambiental que refaçam as estratégias de apropriação e uso dos recursos nos espaços, afetando a qualidade de vida nos lugares. Tais medidas são necessárias devido às repostas do meio à ação antrópica.

Em um dos efeitos mais expressivos dessa ação, destaca-se a mudança no regime de chuvas que traz preocupações para a humanidade. Tais preocupações se dão pela nossa

situação de sermos reféns das matrizes hidráulicas, o que acarretou, em 2001, nos “apagões” sofridos no Brasil devido ao abastecimento de eletricidade.

Conclusão parcial

Diante de implicações territoriais tomadas a partir de decisões das esferas do poder, cabe-nos analisar as configurações geradas no local e como a população, em muitas escalas, se insere nessa dinâmica.

Referências

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 117-140.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. CIDE. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007. CD-ROM.

INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NO RIO DE JANEIRO. Centro Clima: Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, 2007. Disponível em: www.centroclima.org.br. Acesso em março de 2009.

JANNUZI, Gilberto Martino de. Energia e Mudanças Climáticas: barreiras e oportunidades para o Brasil. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/clima/clima13.htm>, acesso em 19/05/2009.

MAGRINI, Alessandra. Gestão Ambiental. PPE/COPPE/UFRJ, 2001 (Apostila de Curso).